

DAYSE DOS SANTOS SIMÕES
ROSA MARIA PEREIRA

Nota: 07
(Sete)
7.0 (Sete)
M.º Augusto Bolo
Média Final
7.0 (Sete)
Deiss

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DA
PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação Especial,
Área Deficiente Visual, do Setor de
Educação da Universidade Federal do
Paraná.

CURITIBA

1988

S U M Á R I O

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	01
1.1	JUSTIFICATIVA	01
1.2	PROBLEMA	02
1.3	OBJETIVOS	02
1.3.1	Objetivo Geral	02
1.3.2	Objetivos Específicos	02
1.4	DEFINIÇÃO DE TERMOS	03
2	<u>A FAMÍLIA</u>	04
2.1	CONCEITO FAMILIAR	04
2.2	SISTEMA FAMILIAR	05
2.3	ATRIBUIÇÕES DE FAMÍLIA	06
3	<u>A FAMÍLIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VI-</u> <u>SUAL</u>	08
3.1	DINÂMICA FAMILIAR	09
3.1.1	Relações afetivas com os pais	12
3.1.2	Relações afetivas com os irmãos	13
3.2	PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO E SAÚDE....	15
3.3	MÉTODOS E TÉCNICAS NA ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA.....	18
4	<u>A FAMÍLIA NA INTEPRETAÇÃO SOCIAL DA PESSOA PORTA-</u> <u>DORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL</u>	20
4.1	NORMALIZAÇÃO	20
4.2	INTEGRAÇÃO	20
4.2.1	Integração temporal	21

4.2.2	Integração institucional	21
4.2.3	Integração social	21
4.3	FAMÍLIA E PROCESSOS DE REABILITAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL	22
4.4	A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESTIMULAÇÃO PRECOCE	27
4.5	A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL COMO FILOSOFIA EDUCACIONAL ...	29
4.5.1	A Família e a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Visual na Escola	31
4.6	A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA COMUNIDADE SOCIAL	33
4.7	A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO TRABALHO	36
5	<u>CONCLUSÃO</u>	39
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	41

AGRADECIMENTOS

Ao término de um trabalho árduo realizado através de uma enorme dedicação, renúncias e sacrifícios torna-se infinitamente gratificante ter a certeza de que durante todo transcorrer deste curso e trabalho, tivemos o afeto e o apoio de algumas pessoas que direta ou indiretamente estiveram sempre ao nosso lado, torcendo pelo nosso pleno êxito.

Agradecemos:

. A Deus - por ter nos dado a força necessária para atingirmos nossos objetivos propostos ao longo desta caminhada;

. A nossa orientadora, Maria Augusta Bolsanello, pela maneira competente e atenciosa com a qual conduziu a orientação deste trabalho.

. Aos nossos diretores, que contribuíram para a realização deste curso.

. Aos colegas e amigos, pelo incentivo e amizade.

Enfim a todas aquelas pessoas que estiveram conosco de mãos dadas, em prol de um mesmo ideal.

OFERECIMENTOS

Aos meus pais Arnaud e Bernadete,
por ser um exemplo de pais, estando sempre
ao meu lado, sendo os meus maiores amigos e
incentivadores;

À tia Vetinha,
por todas as suas preocupações e por tanta
dedicação e carinho;

À uma pessoa especial "Eduardo",
pelas suas palavras de conforto e ânimo nos
momentos mais difíceis, pela presença amiga,
pela dedicação e carinho.

DAYSE

À Ana Carolina e
Ao Alexandre,
pelo amor e carinho que me dedica-
ram ao longo desta caminhada.

ROSA MARIA

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A Descoberta pelos pais de um filho deficiente visual é acompanhada de sentimentos de dor, frustração, incapacidade, rejeição e revolta.

Contuão, sendo a família o primeiro grupo social responsável pela integração da pessoa com deficiência visual, ela precisa para isso obter conhecimentos técnicos de como lidar com a deficiência e de um grande apoio psicológico.

A maioria dos pais desconhece as condições e os meios para atingir esta integração.

Diante desta problemática, tornou-se necessário enfatizar a grande importância do papel da família junto ao deficiente nos processos de integração social, visto que o mesmo adquire experiências para interagir no meio em que vive.

O papel fundamental do grupo familiar é a socialização do indivíduo, propiciando à pessoa deficiente oportunidades e subsídios adequados para obter uma adaptação e integração à realidade, na qual o deficiente se modifica e conseqüentemente modifica o meio em permanentes interações dinâmicas.

Os processos de integração de modo algum podem ficar limitados às instituições responsáveis pelos programas de reabilitação, pois a família é a base para que o deficiente possa vir a integrar-se na sociedade.

Assim sendo, professores, profissionais e comunidade não podem ignorar prescindir do papel da família na busca de um mesmo objetivo comum: oportunizar à pessoa portadora de Deficiência Visual a desenvolver todas as suas potencialidades biopsicossociais.

1.2 PROBLEMA

O presente estudo levanta o seguinte problema: Qual a importância do papel da família no processo de integração social da pessoa portadora de deficiência visual?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar a importância do papel da família nos processos de integração social da pessoa portadora de deficiência visual.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Discorrer sobre o papel da família e suas atribuições.
- Descrever sobre a Dinâmica familiar da pessoa portadora de deficiência visual.
- Enfatizar a participação da família junto às atividades educativas e profissionais da pessoa portadora de Deficiência Visual.

1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Pessoa Portadora de Deficiência Visual: "indivíduo com perda total ou parcial de visão que necessita de recursos especiais para a sua formação cultural e profissional".

Família: "é o conjunto de pessoas ligadas por laço conjugal, parentesco consanguíneo ou afinidade, que vive no mesmo teto".

Integração Social: "participação ativa e produtiva da pessoa portadora de deficiência visual, no lar, na escola, no trabalho e na comunidade, exercendo seus direitos e deveres de cidadão".

2 A FAMÍLIA

2.1 CONCEITO FAMILIAR

O entrelaçamento das relações entre pais e filhos, avós, irmãos, tios e primos, constitui um grupo o qual denomina-se família.

"A família de modo geral é considerada como uma unidade social básica e universal. Básica porque dela depende a sociedade; universal, pois em todas as sociedades humanas encontra-se de uma forma ou outra, a família." (LAKATOS, 1979)

No âmbito mais popular, a palavra família significa um número relativamente pequeno de pessoas que vivem sob o mesmo teto unidos por laços consaguíneos.

O nascimento do filho constitui a família, sendo o casal, condição necessária para formá-la.

É pois em torno do filho, em função do filho e para o filho que se ordenam as relações familiares.

Os elementos básicos que constituem a família são: o casamento e os filhos. Com o casamento se estabelecem as leis que, irão nortear os direitos e deveres recíprocos dos cônjuges.

Por outro lado, em qualquer família, os filhos podem ser adotivos, legítimos, legitimados, etc., assim como várias formas de compadrio definem um conjunto de relações ditas familiares.

2.2 SISTEMA FAMILIAR

A gravidez não deve ser entendida apenas como um período que precede ao parto, mas sim como algo muito mais importante desde que o nascimento de um filho implica no nascimento de um filho implica no nascimento de uma mulher para o papel de mãe; no nascimento de um homem para o papel de pai; nasce então uma família.

Para a família, uma criança representa a efetivação de seu núcleo, sendo que a chegada do filho estabelece o principal elo de união, é o referencial em torno do qual a família se reorganiza e se movimenta.

O sistema de interação familiar pode representar-se no seguinte esquema básico:

- a) Família Nuclear: composta pelo pai, a mãe e pelo menos um filho;
- b) Família Estendida: composta de duas ou mais unidades nucleares, como pais, filhos, avós, tios e outros familiares;
- c) Família Incompleta: quando há ausência de um dos genitores;
- d) Família em Transição: onde um dos genitores é substituído por outro adulto por um período transitório.

Situando-se dentro da realidade brasileira, reconhece-se que a maioria das crianças se criam em famílias incompletas, onde a figura do pai está ausente ou família em transição, onde a figura dos pais pode ser substituída por avós ou pais ocasionais.

"A funcionalidade de um sistema familiar não depende da presença do pai e da mãe naturais senão da capacidade deste contexto para satisfazer as necessidades físicas e psicológicas básicas dos filhos para seu sadio desenvolvimento." (RUIZ, 1985)

Cada família é uma unidade singular que funciona como um microgrupo interposto entre a sociedade e o indivíduo.

Pode-se dizer que a família é um pequeno sistema social interdependente, com subsistemas ainda menores no seu seio. O menor desses subsistemas é uma díade social: a interação de suas pessoas. O par mãe-filho é, tipicamente, o subsistema focal embutido no mais vasto sistema familiar.

"Tudo o que acontecer a um membro da família afeta os subsistemas de que ele faz parte, e tudo que afetar o subsistema se reflete no sistema como um todo. Inversamente, qualquer sensação na família terá suas repercussões nos subsistemas e no indivíduo. Há efeitos inter atuantes e recíprocos que se fazem sentir em toda a família e para além dela." (TELFORD & SAWREY, 1978)

2.3 ATRIBUIÇÕES DE FAMÍLIA

As atribuições da família dependem efetivamente da sociedade a qual ela pertença.

Qualquer que seja a família de qualquer país, sociedade ou comunidade ela exerce um grande número de atribuições, com funções específicas. Pode sobreviver através da influência e interferência de algumas instituições sociais ou pode desempenhar estas atribuições com autonomia e exclusividade.

Temos como atribuições de responsabilidade da família:

- identificação e reconhecimento social dos filhos;

- promoção do bem estar relacionado a alimentação, vestuário e saúde;
- proteção, amor e educação dos filhos;
- socialização, integração e atenção em especial aos idosos e as pessoas portadoras de deficiência;
- promoção de atividades de lazer e consciência religiosa.

Pai e mãe exercem inúmeros papéis que se completam.

Cabe ao pai, a responsabilidade de adquirir os bens materiais, e sua qualificação profissional determina o status social da família. Apesar da participação da mulher ter aumentado acentuadamente na força de trabalho, continua a ser de sua competência a atribuição de gerar, criar e educar os filhos além dos cuidados do lar.

Estas funções desempenhadas pelo marido e pela mulher são determinantes na formação da personalidade da criança.

Considera-se como uma das mais importantes atribuições da família, o estabelecimento do fator econômico e a manutenção do status social de seus membros.

3 A FAMÍLIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL

A família é o primeiro grupo social responsável pela integração social da criança portadora de deficiência e a realização desta tarefa depende muito de seu preparo emocional.

Quando a família tem um filho com deficiência visual, é de se esperar o aparecimento de vários problemas emocionais tão logo a imperfeição seja notada. A capacidade da família para lidar com os membros, dependerá muito de seu preparo emocional. A família nem sempre conta com compreensão necessária por parte da sociedade, pois esta, em geral, faz pouco caso das crianças deficientes, chegando até a ignorá-las.

A sociedade coloca a criança com limitações numa posição inferior em relação às demais crianças; e tais crianças sofrem restrições em muitos setores da vida.

Famílias com tendência à instabilidade emocional, quando descobrem a deficiência do filho, tendem a entrar em crise.

A maioria dos pais desconhecem as condições que acarretam a deficiência visual e os meios de que dispõem para compreendê-la são escassos. A falta de conhecimento sobre o assunto e a conseqüente incompreensão do mesmo, pode ocasionar sentimentos de negação e desalentos, impedindo-os de dedicarem-se ao filho deficiente de maneira positiva e eficaz.

Os pais devem ser estimulados a aprender a seqüência do crescimento e do desenvolvimento da criança normal, a fim de prestarem ao filho deficiente a ajuda suplementar necessária, oferecendo-lhe experiência apropriadas nas ocasiões certas.

É preciso encorajar a família a assumir por inteiro seu papel junto a criança deficiente, a qual como qualquer criança, precisa sentir-se aceita pela família.

Consciente das possibilidades e limitações ocasionadas pela própria deficiência, a família deve encorajar a criança deficiente a integrar-se no seu segundo grupo social, estimulando-a a brincar com outras crianças.

É indispensável que a família obtenha sempre informações detalhadas sobre os programas de educação, reabilitação e integração do filho, tendo acesso aos meios que lhe permitam avaliar a eficácia dos programas em cada fase de sua realização.

Pais esclarecidos, com comportamento otimista aceitam melhor a deficiência, propiciando ao filho e à própria família, sentimentos de bem-estar, perseverança e segurança, participado do seu atendimento, colaborando em todas atividades; pois aos pais cabe a responsabilidade pela socialização e adaptação cultural dos filhos.

3.1 DINÂMICA FAMILIAR

A presença de uma criança portadora de deficiência visual cria uma situação nova no grupo familiar, nunca enfrentada anteriormente, caracterizando uma crise.

A maioria das famílias tem pouca experiência com as novas mudanças que surgem na estrutura familiar de modo a poder lidar satisfatoriamente com as mesmas. Considerando a expectativa e recompensa da espera do nascimento de um filho, não é de surpreender que os pais reajam ao nascimento de uma criança deficiente como se tivessem perdido um ente querido.

Além disso, os pais vêem o filho como extensão de si mesmos, e não estão jamais preparados para o nascimento de uma criança com deficiência.

Diante deste fato, os pais utilizam-se de mecanismos de defesa, a fim de superarem o momento de crise pelo qual estão passando.

O mecanismo de defesa básico de que se utilizam é a negação.

Entre a expectativa de um filho sadio e a realidade de um filho com deficiência visual, os pais negam o desvio e tendam acreditar que não nada de errado com o filho. Recusam a reconhecer as limitações reais impostas pela deficiência e insistem em que o filho possa fazer todas as coisas que as outras crianças fazem.

Em outras ocasiões, por falta de conhecimentos, acreditam que a deficiência da criança seja passageira.

Os pais utilizam também o mecanismo de projeção, colocando nos profissionais ou em outras pessoas, a responsabilidade pela falta de desempenho satisfatório do filho. Ou então não acreditam naqueles que lhes mostram a realidade indesejada, buscando muitas vezes algum profissional ou escola que concorde com a sua visão da realidade, e passam a correr o risco de não proporcionar à criança os recursos

necessários para o seu pleno desenvolvimento.

Quanto ao ajustamento da criança portadora de deficiência visual, há três padrões de reação parental:

- a) choque inicial, caracterizado pela aceitação cognitiva mas não emocional;
- b) ansiedade, depressão e raiva;
- c) ajustamento ou aceitação.

A aceitação não deve ser confundida com passividade e concordância, mas sim como conhecimento real e, principalmente, a busca de recursos e ajuda necessária.

Além do problema específico da aceitação da criança portadora de deficiência visual, os pais enfrentam dificuldades com os outros membros da família. O tempo que a mãe dedica ao seu filho deficiente em relação aos outros filhos, pode vir a constituir uma série de dificuldades no relacionamento familiar.

Sem dúvida, criar um filho com deficiência, traz angústia e encargos adicionais para os pais. De qualquer maneira, deve-se ter sempre em mente que a família de uma criança portadora de deficiência visual necessita tanto atendimento e orientação quanto a própria criança deficiente, não só para a sua própria organização e ajustamento, como também para que possa constituir-se em um elemento de apoio e ajuda no processo de educação e reabilitação do indivíduo que dela necessita.

A primeira etapa na educação e orientação familiar consiste em auxiliar os pais a uma aceitação emocional da criança portadora de deficiência visual, que pode ser definida como a

concordância entre os fatores internos (sentimentos dos pais) e fatores externos (realidade da situação). Só então os pais terão condições de propiciar situações que favoreçam o pleno desenvolvimento do filho.

Deve-se enfatizar que em nenhum momento do desenvolvimento dos programas realizados com a criança deficiente a família poderá deixar de participar.

Portanto, há necessidade imprescindível de prestar assistência a estes pais, na compreensão e aceitação de si mesmos, assim como do comportamento específico em que se manifesta a deficiência do filho.

Cabe portanto, aos professores ou profissionais, trabalharem junto aos pais, para que todas as atividades ou programas realizados obtenham sucesso.

3.1.1 Relações afetivas com os pais

Quanto às relações afetivas dos pais para com o filho portador da deficiência visual, dois comportamentos antagônicos se evidenciam: a superproteção e a completa rejeição. Com relação à superproteção tem-se como exemplo as famílias do tipo possessivo, supersolícito e superindulgente. Ao passo que, quanto à rejeição, tem-se o exemplo nas famílias negligentes, frias e acomodadas.

Com relação a uma criança indesejada pela família, os comportamentos que revelam a rejeição são evidenciados claramente.

É de fundamental importância, frisar que, quando as relações afetivas forem instáveis com relação à criança, ocorrerá no comportamento dos pais uma carga enorme de tensão e

insegurança no que tange ao desempenho de seus próprios papéis.

Em geral, as crianças portadoras de deficiência tendem a apresentar uma característica de comportamento, sempre chamando a atenção dos pais ou do adulto; cabe portanto, à família se caracterizar por um padrão de relacionamento afetivo normal, no qual a criança portadora de deficiência torna-se um fator efetivo com relação à discriminação, cabendo especificamente aos pais a grande responsabilidade pelos processos de desenvolvimento psicossocial e nas relações afetivas do grupo familiar.

3.1.2 Relações afetivas com os irmãos

Os irmãos da criança deficiente visual costumam interagir com a mesma, baseando-se no comportamento de interação dos seus pais.

Por vezes, ocorre dos pais solicitarem aos filhos videntes que defendam, protejam e cuidem do irmão portador de deficiência visual, o que acarreta ressentimentos a estes. O ressentimento é mais intensamente vivido pelos irmãos, quando o portador da deficiência recebe mais afeto e atenção dos pais, ou quando ocorrer da deficiência privar os demais irmãos de seus direitos.

Apesar disto, são poucos os irmãos, e mesmo assim os de menor idade, que expressam inveja ou ressentimentos contra o irmão deficiente.

A atitude que na maioria dos casos prevalece, é a de proteção e cuidado em não ferir os sentimentos do irmão incapacitado.

A competição, que entre irmãos videntes é comum ocorrer, apresenta-se quase sempre ausente em irmãos de crianças portadoras de deficiência visual.

Nesses relacionamentos é freqüente ocorrer falta de franqueza dos irmãos videntes, em comentar sobre a situação e pouco falam sobre a deficiência, por receio de ferir os sentimentos do irmão.

Contudo, muitos se interessam pelos aspectos gerais da deficiência e se preocupam pelo destino de pessoas deficientes, buscando informações a respeito das condições de uma pessoa deficiente visual.

Diante destas várias reações psicossociais da maior parte dos grupos familiares, o que se percebe é que as mesmas interferem alto grau na interação - pais - irmãos - deficiente.

A superproteção é conceituada como insatisfatória, porque limita o desempenho da criança, tornando-a menos independente e mais lenta em todas as atividades que lhes permitem certa autonomia. Se não a deixam executar certas atividades, ela ficará menos capaz de desenvolver as aptidões motoras básicas.

A superproteção só será válida caso a criança esteja impedida de se envolver em atividades que lhes tragam riscos para a sua segurança.

Por outro lado, os pais e irmãos da criança portadora de deficiência se acham na obrigação de protegê-las devido o que as outras pessoas podem pensar em relação aos mesmos, caso algum acidente venha ocorrer.

3.2 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO E SAÚDE

A prevenção da excepcionalidade não diz respeito apenas à área médica, mas sim é de responsabilidade de uma ação conjunta entre instituições, governos e diversos seguimentos da sociedade.

O aconselhamento genético e os cuidados pré-natais e peri-natais são procedimentos decisivos dentro da prevenção da deficiência.

A ausência de estimulação no ambiente familiar, a desnutrição, o maltrato infantil, a falta de amor, as condições precárias de higiene e saúde, são fatores que contribuem para que a criança apresente várias defasagens em diversas áreas do seu desenvolvimento biopsicossocial.

A etiologia da palavra prevenção significa evitar, impedir, atuar de forma a antecipar-se a um quadro de prognóstico difícil, irremediável.

Contudo, pensa-se que em relação à criança cega nada há o que fazer, cabendo à família apenas "aceitá-la", sem perspectiva de se fazer algo por ela. Este é um comportamento errôneo, pois é a partir do ambiente familiar favorável, do conhecimento básico sobre a deficiência que a família adotará medidas preventivas que facilitará o desenvolvimento desta criança.

"Tão logo uma função for diagnosticada como sendo deficiente em relação ao seu devido tempo de desenvolvimento, a causa deverá ser procurada e combatida. A mãe precisará fazer visitas frequentes com sua criança à instituição mais próxima, ver o que está sendo realizado em tal local para remediar casos similares e receber as instruções necessárias, para

desenvolver o mesmo tratamento em casa. Se isto parece ser inicialmente oneroso, irá a longo prazo fazer com que o Estado e as famílias economizem despesas de inúmeros anos de ensino remediativo além do fato de que o objetivo do tratamento será mais plenamente atingido".(SEGUN, 1982)

A família deve participar efetivamente das decisões do que deve ou não fazer com o filho em todos e quaisquer aspectos, tais como: educação, reabilitação e saúde.

Em medida de prevenção podem ser citadas numerosas atividades que orientam a família e todo grupo familiar.

A disponibilidade em qualquer centro de saúde, por modesto que seja, de uma ficha familiar, possibilita o atendimento de saúde a todos os seus membros; nestas visitas não é raro descobrir nm dos membros da família anomalias ou fatores de risco.

Os índices mais importantes da saúde familiar são provavelmente a composição da família, sua dinâmica de crescimento até se completar o desenvolvimento físico e psicológico das crianças.

Para melhorar esta situação, é de caráter prioritário promover também a saúde comunitária, através da educação.

Deve-se inculcar em cada família a responsabilidade pelo seus próprios problemas de saúde e além disso, pelo bem-estar da coletividade de que participar. É com o apoio em famílias dotadas dessa responsabilidade é que a saúde pública pode fazer com que suas atividades, seus objetivos sejam aceitos; ela representa uma peça essencial para o funcionamento da sociedade.

Em última análise, a eficácia de todos os profissionais da saúde, depende da consciência que têm de seu próprio

papel social, de sua atitude e da compreensão que têm da sociedade em que trabalham. Por outro lado, a compreensão da sociedade começa com a compreensão da família, de modo que a consciência da dinâmica e da saúde familiar deve ser parte integrante de todos os seus membros.

No Ano Internacional dos Deficientes (1981) a Organização Mundial da Saúde, de maneira particular, recomenda um plano de ação:

- a) "Conquistar o empenho e o apoio dos governos, no sentido de fazer mais para melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência e intensificar os trabalhos em favor da cura e da prevenção;
- b) Exortar as organizações intergovernamentais que tem a condição de observadoras junto a ela estabelecer metas, objetivos e cronogramas de ação e por em prática programas dinâmicos;
- c) Promover as atividades significativas das organizações não governamentais apropriadas;
- d) Captar os recursos e as energias criadoras das companhias multinacionais de maneiras que atendam também seus interesses esclarecidos;
- e) Levar ao cabo pesquisas sobre atitudes em torno de preconceitos e áreas de ignorância porventura existentes e iniciar uma campanha para superá-los.
- f) Elaborar e executar uma campanha abrangente nos meios de divulgação de massa compatível com as dimensões dos problemas e com as oportunidades.

- g) Iniciar e fortalecer programas de reconhecimento do que está sendo conseguido (por organizações, instituições, governos profissionais, liberais e outros) no enquadramento e resolução desses problemas.
- h) Iniciar e fortalecer programas de reconhecimento de triunfos individuais (mediante prêmios)."

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS NA ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA

As discussões de grupo e as reuniões regulares para familiares de crianças portadoras de deficiências são cada vez mais populares e eficazes.

Sabe-se portanto que são benéficos e são usadas para fornecer informações, resolver problemas e prestar mútua assistência; auxiliam os participantes a sentir que não estão sozinhos para enfrentarem seus problemas.

Isto torna-os mais seguros e facilita também a compreensão dos tipos de assistência existentes, através de escolas, instituições e de outros órgãos.

Daí surge a necessidade dos pais participarem junto as estas instituições tomando parte ativa em programas, além de auxiliarem a si e a seus próprios filhos.

Toda reunião de grupo permite aos pais, orientação, troca de idéias, atitudes, mudança de comportamento.

O participante tem oportunidade de relatar os resultados de procedimentos particulares.

O grupo de discussão livre, tem por objetivo criar uma atmosfera que leva ao desenvolvimento de novos e produtivos padrões de comportamento por meio de apoio e da recípro-

cidade do grupo. Os pontos de acordo ou desacordo sobre questões importantes para os membros do grupo são estudados quanto à ação, estimulando as pessoas envolvidas para algum comportamento construtivo.

Uma outra técnica utilizada para orientação familiar que vem obtendo uma enorme aceitação, revestida de bastante êxito, são os métodos usados nos processos de atendimento individual da terapia de apoio, realizada através de instituições ou gabinetes psicológicas particulares.

4 A FAMÍLIA NA INTERPRETAÇÃO SOCIAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL

4.1 NORMALIZAÇÃO

Em relação à pessoa deficiente visual, normalizar significa:

- a) oferecer-lhe as condições de vida idênticas as que as outras pessoas recebem;
- b) integrá-las aos diversos segmentos da sociedade, de forma progressiva e considerando-se as suas limitações;
- c) ensiná-la a conviver com suas limitações.

A normalização tem por objetivo fazer com que o deficiente visual leve uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vive.

4.2 INTEGRAÇÃO

A integração implica em possibilitar à pessoa portadora de deficiência visual a oportunidade de participar ativa e produtivamente do meio social, com todos os seus direitos e deveres de cidadão.

Os três elementos básicos da integração são: o temporal, o instrumental e o social.

4.2.1 Integração temporal

Refere-se à disponibilidade ou oportunidade da pessoa deficiente visual permanecer com outras pessoas, e aos resultados positivos que se espera obter através das ações institucionais e sociais.

São três as fases que a compõem:

- a) pré-integração: período em que a família e a pessoa deficiente se preparam, a nível psicológico, para serem recebidas nas instituições sociais;
- b) integração propriamente dita: período inicial das experiências que serão vivenciadas e das atividades a serem desenvolvidas;
- c) pós-integração: período de avaliação dos resultados obtidos pela pessoa portadora de deficiência dentro do processo de integração.

4.2.2 Integração institucional

Significa a disponibilidade e oportunidade de condições de estímulos que a pessoa portadora de deficiência encontra no seu meio ambiente e que facilite seu processo de integração.

4.2.3 Integração social

Refere-se às relações e interações do deficiente visual com as outras pessoas que o cercam.

As quatro dimensões da integração social são:

- proximidade física;
- a interação;

- a assimilação;
- a aceitação.

Na medida em que o espaço onde estão inseridas a pessoa deficiente e as outras pessoas é o mesmo, a proximidade física é inevitável motivo pelo qual a conduta interativa de comunicação verbal, gestual ou apenas física torna-se esperada.

A assimilação social e a aceitação decorrem das duas primeiras dimensões; a assimilação se realiza quando a pessoa portadora de deficiência participa e é reconhecida como elemento ativo dentro do seu meio, sendo aceita em suas atividades e programas.

4.3 FAMÍLIA E PROCESSOS DE REABILITAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

Os pais são o elemento mais importante no processo de avaliar, educar e reabilitar crianças portadoras de deficiência. Por outro lado, são considerados por muitos profissionais ou professores como pessoas não capacitadas, e mal informados, muito envolvidas emocionalmente nos problemas do filho para poderem emitir mesmo a mais simples informação objetiva ou contribuir com qualquer ação eficaz. Esses pais são relegados a um segundo plano por ocasião do diagnóstico e do processo de reeducação, quando não são excluídos completamente.

Por outro lado, pesquisas recentes vêm indicando sistematicamente que os pais bem informados, que aceitam o problema do filho, têm um papel muito positivo na educação, no bem-estar, e no ajustamento da criança portadora de deficiência.

É de maior importância que pais e profissionais se esforcem por estabelecer uma relação mutuamente benéfica, dedicada ao desenvolvimento social, físico, psicológico e educacional da criança deficiente.

Para alcançar este objetivo, seguem-se quatro princípios básicos:

- a) para começar, é preciso que os pais entendam suas reações emotivas e intelectuais para com as crianças portadoras de deficiência, pois esses sentimentos podem estar impedindo que eles compreendam bem o processo terapêutico e colaborem plenamente com ele;
- b) os pais precisam ter uma avaliação honesta, sensata e completa das condições físicas, sociais, psicológicas e educacionais da criança e também de sua capacidade intelectual;
- c) os pais precisam receber informações pormenorizadas sobre os programas de educação ou reabilitação recomendados para o filho;
- d) os pais precisam ser estimulados a assumir um papel ativo na reeducação e integração do filho e ter acesso a meios que lhes permitam avaliar a eficácia de seu programa em cada fase de sua aplicação.

A paternidade é talvez a maior e mais complexa responsabilidade humana, muito mais ainda de uma criança portadora de deficiência, e é muitas vezes para ele poderem imaginar que exista algum aspecto positivo numa deficiência. É preciso fazê-los compreender que seu filho é uma criança como as

outras, porém que, ao mesmo tempo, é uma criança única, não só pelo que ela é em si, mas também pelas possibilidades ilimitadas de que poderá fluir se tiver a participação ativa dos pais, em que pese a seus sentimentos de inibição, a aceitarem os fatos e participarem ativamente dos esforços para remediá-los.

Muitos profissionais, professores, acham desnecessário dar informações que seja de natureza médica, psicológica ou educacional aos pais de criança deficiente; pensam eles que é melhor os pais não o entenderem o problema e é melhor não saber nada, pois caso contrário só iria aumentar aos pais preocupação, insegurança e medo da realidade futura.

Estudos feitos quanto a este aspecto, mostra que os fatos reais, podem eliminar o medo e a insegurança, desde que a informação aos pais deve ser honesta, clara e direta. Um verdadeiro diagnóstico deve explicar também o que a criança pode fazer e quais as suas limitações, quais os tipos de atendimento e programas que ela precisa ser encaminhada, os pais devem ser informados da realidade, porque só ela poderá libertá-los de seus sentimentos e inculcá-lhes a sensibilidade e a calma para assumir as atitudes necessárias a participação na educação e reabilitação de seu filho. Cabe, portanto aos profissionais e professores, compreenderem que não importa o número de especialistas a trabalharem com uma criança deficiente, nenhuma pessoa terá com ela contato mais íntimo e de efeito mais duradouro do que os próprios pais.

Excluir os pais dos programas educacionais e de reabilitação adotados para seus filhos é antiprodutivo, pois ninguém compreende melhor a criança deficiente do que eles. São

os pais que irão notar se o tratamento está progredindo ou não, são eles que ajudarão a criança a cumprir seu programa educacional e terapêutico. Para isso é necessário que eles recebam informações precisas e que participem integralmente da elaboração dos programas de sua aplicação diária dentro do seu próprio lar.

Sabe-se que o processo de reabilitação é longo e árduo, exigente, e que os pais precisam de muita orientação nesta caminhada. Eles precisam aprender a redistribuir seu tempo de acordo com as necessidades do seu filho, mas sem renunciarem as suas próprias necessidades físicas, psicológicas e intelectuais.

É preciso levá-los a compreender que da criança portadora de deficiência, não se espera perfeição, espera-se que sejam seres humanos; e que seu amor e sua dedicação são os maiores valores nesta batalha de reabilitação.

Com todas estas condições preenchidas, pode-se dizer que a criança deficiente é capaz de tornar-se independente, quanto ao seu desenvolvimento, à segurança e à autoconfiança.

A associação entre pais, profissionais e professores precisa regularizar os direitos paternos em benefício da criança portadora de deficiência.

Estes direitos podem ser os seguintes:

- a) os pais têm direito a todo o tempo necessário para vencer os inúmeros sentimentos de confusão e dor que acompanhem o fato de haverem procriado um filho deficiente;
- b) os pais têm direito a uma informação precisa do ponto de vista médico, psicológico e educacional

- sobre as condições reais e as possibilidades futuras do filho;
- c) os pais têm direito a uma compreensão clara de sua função pessoal no atendimento das necessidades específicas do filho;
 - d) os pais têm o direito de participar das atividades de tratamento e reabilitação do filho;
 - e) os pais têm o direito de participar da reavaliação periódica dos programas terapêuticos e do planejamento contínuo dos novos objetivos que podem tornar-se necessários em consequência do tempo, dos progressos e das novas observações realizadas durante o tratamento;
 - f) os pais têm direito a informação sobre os sistemas de assistência existentes na comunidade para o atendimento de suas necessidades econômicas, intelectuais e emocionais;
 - g) os pais têm direito de estabelecer contatos com outros pais de crianças portadoras de deficiência a fim de partilhar com eles seus sentimentos e esperanças, assim como suas atitudes humanas frente ao desafio que é a reabilitação de uma criança deficiente;
 - h) os pais têm direito de se desenvolver como pessoas, inclusive no que se refere a sua condição de pais de crianças deficientes.

Com estes direitos reconhecidos os pais se tornarão verdadeiras forças no processo de educação e reabilitação dos filhos portadores de deficiência.

4.4 A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESTIMULAÇÃO PRECOCE

Frente ao diagnóstico de uma deficiência visual em um bebê, deve-se focar imediatamente e essencialmente a orientação adequada ao meio familiar, em especial à mãe, visto que é dentro da família que o bebê irá crescer e desenvolver todas as suas capacidades e aspectos sensório-motores.

No caso de uma criança com deficiência visual, congênita, ocorre com grande frequência, o retardo no desenvolvimento integral de todo seu potencial psico-motor.

Com a ausência da visão, enormes danos poderão vir a acontecer em relação aos elementos que irão estruturar o desenvolvimento da personalidade. Sem o apoio da visão, o conhecimento do corpo através das mãos, ou seja, o esquema corporal da criança poderá sofrer retardo no processo de sua elaboração psicológica e também alteração na exploração e conquista dos espaços vizinhos e distantes, se não houver uma estimulação adequada.

Esta estimulação conhecida como estimulação precoce, consiste em procedimento que visa corrigir ou prevenir distúrbios de desenvolvimento infantil.

É a estimulação, à custa de numerosos expedientes, do desenvolvimento de estruturas do sistema nervoso que responderão pelas atividades psicomotoras cada vez mais complexas.

A estimulação precoce tem por objetivo principal:

- estimular globalmente a criança deficiente, visando-a com um todo e exercitando-a nas áreas motora, cognitiva, linguagem e social, a fim de torná-la apta a crescer em

igualdade de condições com uma criança normal. Neste processo, a presença da família é necessária tanto para a criança que se liga aos pais, como para os pais que participam da evolução do filho, criando assim melhores condições de aceitação do problema e ampliando a interação com o mesmo.

Este processo deve acompanhar todo o crescimento natural da criança, oferecendo atividades que atendam às suas necessidades em cada fase de seu desenvolvimento; por isso a criança portadora de deficiência visual deve ser estimulada através de programas específicos para desenvolver a sua mente, melhorar suas capacidades motoras efetivas, tornando-se assim capaz de acompanhar o mundo das crianças videntes.

Portanto, o processo de estimulação consiste em aprender, ensinar a adquirir algo novo para mudar. É um método que vê, no desenvolvimento da criança portadora de deficiência, mudanças que operam desde sua concepção, o seu desenvolvimento psico-motor e o seu relacionamento com o ambiente.

Todo este processo visa a criação de um espaço rico em estímulos, acreditando que, este espaço possui um valor instrumental, como meio de crescer e de se realizar.

A Estimulação é um processo que considera a Educação Especial da criança portadora de deficiência visual não como uma forma de substituir suas defasagens, mas sim como um processo de desenvolvimento psicomotor de cada criança deficiente.

4.5 A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL COMO FILOSOFIA EDUCACIONAL

A palavra integração também pode ter o significado de interação, ou seja, interação das pessoas deficientes.

Com as não deficientes só quando se atinge uma interação constante entre os "deficientes" e os "não deficientes" é que se pode falar numa política educacional de integração.

Não é benéfico se educar pessoas portadoras de deficiências, adotando a política "longe dos olhos, longe do coração".

A interação como filosofia educacional, deve prever o seguinte: perto dos olhos, perto do coração.

A integração estabelece a aceitação das diferenças individuais das pessoas portadoras de deficiência, sendo respeitadas as diferenças culturais e sociais.

Para ser possível uma política de integração torna-se necessário que se abram horizontes em relação às oportunidades educacionais. Tanto os currículos, quanto os programas de ensino terão que ser necessariamente diversificados e adaptados de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada pessoa portadora de deficiência. A filosofia e o caráter científico que precede a elaboração de um currículo deverá respeitar os estilos e as características psicossomáticas de cada criança, ou seja, deverá ser adotada uma filosofia centrada na semelhança diferenciada e não na semelhança indiferenciada que tem caracterizado os programas escolas vigentes. A Integração quer dizer uma atitude em prol de direitos humanos e cívicos, que pode modificar a essência e estrutura da própria Escola.

Dentro de uma filosofia educacional, deve-se entender que nenhuma criança pode ser considerada ineducável. Portanto, o melhor lugar para educá-la é na própria escola junto às outras crianças.

"Se não há nenhuma razão para segregar os seres humanos à base da idade, do sexo, da religião ou da cor da pele, também não deve haver à base da capacidade de aprendizagem. Não há nenhum direito humano que o justifique." (HELLEN KELLER)

As crianças portadoras de deficiência visual, mais tarde adultos deficientes visuais, não podem continuar a sofrer as conseqüências da separação e da segregação. Por isso a sua educação deve ser pensada, daqui para o futuro, em termos de integração.

A integração, como filosofia educacional, não pode ser defendida ideologicamente. Trata-se de um realismo social e de uma justiça social, aos quais o Sistema de Ensino não pode continuar alheio.

Portanto, a integração, deve ser um sistema global e aberto, que propicie a contribuição permanente de profissionais especializados, embasados em recursos e estratégias de instrução, acrescidas de práticas pedagógicas eficazes.

Enfim, a Integração como Filosofia Educacional deve visar:

- a) a mudança do sistema de encaminhamento, a gestão dos currículos, as estratégias de instrução, as funções dos profissionais intervenientes, as variáveis de envolvimento sócio-pedagógico;

- b) à criação de programas de prevenção, de intervenção, de reeducação, de formação, de investigação;
- c) o reforçamento do processo contínuo de programas de sucesso, precisão e eficácia de programas individualizados de ensino;
- d) exige que a pessoa portadora de deficiência visual, passe a ser cada vez mais um elemento participativo e dinâmico nas suas interrelações com o meio social. As mudanças não são utópicas, mas sim fatos comprovados e humanamente essenciais.

4.5.1 A Família e a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Visual na Escola

A integração é em si um movimento de inovação do sistema de ensino.

De certa forma, a integração, desde que encarada nesta perspectiva de inovação, constitui-se em uma arte e em uma ciência da individualização do ensino.

Quintiliano, célebre orador romano, já sobre este assunto afirmava:

"os aprendizes têm características diferentes, da mesma forma, os professores deverão adequar os seus métodos de ensino".

A observação escolar mostra que os resultados em relação aos conteúdos difere de criança para criança e de professor para professor, pois é importante lembrar que os professores também são tão diferentes como seus alunos.

Nas escolas atuais, os programas e as estruturas de ensino devem permitir que algumas crianças evoluam mais

rapidamente e outras gradativamente, sem serem rotuladas sob estigmas de inferioridade e superioridade.

➤ A escola regular deve incentivar a aceitação e o respeito pela individualidade das crianças deficientes, acomodá-las no seu processo e servi-las o melhor possível.

O ensino individualizado estabelece as condições efetivas para o processo de integração, exigindo mais empenho do sistema educacional e dos próprios professores.

O professor não deve adiantar os conteúdos pedagógicos, sem antes observar se seus alunos compreenderam o que já foi ensinado. A integração é portanto, uma filosofia educacional que encerra um dinamismo e um processo pedagógico muito próprio.

A integração, enquanto arte de individualização do ensino, tem como objetivo trabalhar melhor e com mais atenção as áreas de dificuldades do educando. Portanto, falar em integração é falar em novas alternativas e em novas vias, isto é, falar em desenvolvimento educacional e em progresso científico pedagógico.

A Escola deverá adaptar-se a todas as crianças portadoras de deficiência ou não.

O sistema de ensino, não pode persistir excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as como doentes incuráveis ou marcando-as, com sinal de inferioridade permanente.

O sistema educacional terá que equacionar o deficiente como um ser humano, possuidor de um potencial de aprendizagem, de um perfil intra-individual e de um repertório de comportamentos, que têm que ser otimizados pelo próprio processo educacional. A pessoa portadora de deficiência deverá

ser intrinsecamente respeitada. O conjunto das suas características de aprendizagem deve ser criteriosa e profundamente estudado, a fim de adequar o ensino às suas capacidades potenciais.

Perante a lei, a criança deficiente ou não deficiente, requer proteção e respeito pelas suas necessidades; por isso a Escola deverá garantir programas mais adequados, mais integrados, ou seja, mais normalizados. Deverá dar maior ênfase à qualidade de ensino e não tanto à quantidade de ensino.

A participação das crianças deficientes visuais no sistema escolar comum, junto com as crianças de visão normal, permite-lhes uma integração maior na vida escolar e na vida familiar, enquanto que as escolas residenciais também são imprescindíveis a um programa completo de educação.

→ No sistema escolar de ensino, existe o atendimento para criança com deficiência visual, através de salas de recursos nas escolas estaduais e municipais e professores itinerantes.

A integração na escola, é portanto, um desafio à capacidade criativa dos professores e dos técnicos de educação.

4.6 A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA COMUNIDADE SOCIAL

A família que participa dos processos de integração do portador de deficiência visual, propicia ao mesmo o desenvolvimento de seus mais altos níveis de potencialidades.

Esta integração se traduz em realizar programas de intervenção com o indivíduo portador de deficiência, sabendo que o tempo que se investiu hoje, vai criar um futuro mais

independente para o mesmo. Portanto, é de responsabilidade da família investir tempo para ensinar habilidades nas áreas acadêmicas de socialização, linguagem, orientação profissional e uma variedade de outros domínios. Um outro aspecto que caracteriza as famílias consideradas bem-integradas com o deficiente visual, é a preocupação e o interesse que elas demonstram em participar e apoiar os programas de atendimento aos filhos. Quando os pais participam dão uma contribuição valiosa para que o desempenho dos filhos, tanto na escola quanto nas atividades da comunidade seja repleto de êxito.

↳ Uma consideração relevante no que tange à integração da pessoa portadora de deficiência visual na comunidade, é ensiná-las a serem socialmente independentes e competentes de modo que sejam amigas e tenham amigos não portadores de deficiência.

{ Pais, profissionais e a política governamental devem incentivar e até mesmo exigir que as pessoas com deficiência visual sejam integradas às outras pessoas sem deficiência. Se fosse adotado este plano de integração, o mesmo possibilitaria que todas as pessoas portadoras de deficiência visual se tornassem amigas de outras pessoas sem deficiência, fazendo desaparecer o estigma.

Com certeza acredita-se que a maioria das pessoas portadoras de deficiência visual, escolheriam também estar na companhia de pessoas sem deficiência. Afinal de contas, suas oportunidades de sentir a vida o mais intensamente possível, são maiores quando não estão segregadas.

A integração significa maiores oportunidades de experiências, especialmente de amizades variadas e socialmente

valorizadas. Portanto, esta é a caminhada para se conquistar, a profissionalização, e por fim o casamento, para uma integração social propriamente dita.

As restrições impostas ao portador de deficiência visual, e certas reações provenientes de pessoas não portadoras de deficiência, tem influência no desenvolvimento social do mesmo.

Considerando-se este processo, é importante para o deficiente visual ser, desde cedo, estimulado socialmente, sendo necessário que tenha mais experiências sociais do que o não deficiente. Assim, poderá vencer o isolamento que nasce como reação de sua limitação.

A deficiência visual priva o indivíduo de percepções onde a visão seria uma grande auxiliadora para determinadas observações e leitura de um contexto ambiental, como por exemplo, os gestos que acompanham as palavras, que no todo de uma mensagem acrescentam sentimentos e sensações que para o cego torna-se impossível de perceber.

Por outro lado, o deficiente visual, é capaz de canalizar sua percepção através de outros sentidos que possui.

É comum que na integração da pessoa portadora de deficiência visual, no meio social ou familiar, a sua deficiência provoque nas pessoas um sentimento de compaixão e pena sendo prejudiciais para o desenvolvimento e a integração do deficiente visual em seu meio.

Uma outra situação vivenciada, é a curiosidade e a rejeição provenientes das pessoas que não têm esclarecimentos e compreensão da natureza da deficiência visual, acarretando dificuldades no desenvolvimento psicossocial do seu portador.

Portanto, a família da pessoa portadora de deficiência visual, destaca-se no processo de integração social pela importância da sua participação efetiva na luta contra a discriminação de alguns grupos sociais.

4.7 A FAMÍLIA E A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO TRABALHO

A habilitação profissional, é a fase terminal do processo da educação. É o momento de significativas decisões pessoais, pois seja qual for a escolha e opção, exige maturação, segurança e responsabilidade.

No momento da tomada de decisão em relação à escolha de uma profissão, a pessoa portadora de deficiência visual sente-se limitada para enquadrar-se dentro de um campo bastante pequeno de opções profissionais designadas a elas, visto que há um vasto campo de trabalho para as outras pessoas.

→ Muitas vezes o indivíduo com deficiência visual acaba optando por profissões previamente estabelecidas como funções ideais para o seu desempenho, tornando-se incapaz de auto-determinação, trazendo com isto frustrações futuras.

A orientação vocacional deve auxiliá-lo no processo de conhecimento de suas aptidões e tendências vocacionais, compatibilizando-as com as reais necessidades e ofertas do mercado de trabalho.

Ser um profissional é algo além de executar uma prática simplesmente automática ou mesmo mecânica, mas sim, significa fazer parte de um processo global integral de interações humanas.

Em relação a inserção da pessoa portadora de deficiência visual no mercado de trabalho, inúmeras são as famílias que, no início desse processo, não participam e não acreditam no êxito que o deficiente possa vir a alcançar. Comportamento este que vem a prejudicar seriamente as condições psicológicas pelas quais passa o deficiente visual nesta fase de integração, no campo profissionalizante. Dúvidas, incertezas, insegurança, nível bastante alto de expectativas, caracterizam este período. A participação efetiva da família, e em especial dos pais, determina o apoio e a segurança básica necessária para que esta fase seja vencida com sucesso, propiciando ao filho deficiente visual um clima de estímulo, incentivo, segurança e principalmente de confiança em sua capacidade, para atuar como profissional no mercado de trabalho.

Após o período da pré-profissionalização, observa-se uma outra característica com relação às famílias. À medida que a pessoa portadora de deficiência visual está inserida no mercado de trabalho, devidamente adaptada e sendo remunerada adequadamente, conforme sua atividade profissional, as atitudes dos familiares em geral se modificam substancialmente, ao ponto de comparar o sucesso do filho portador de deficiência com os demais irmãos que não conseguiram sobressair-se profissionalmente.

↘ O trabalho é pois fator essencial no processo de integração do deficiente visual. É através do trabalho que se estabelecem as relações sociais.

E ainda através da profissionalização que a pessoa portadora de deficiência visual desenvolve na prática, sua capacidade de execução, expressão e criatividade.

O deficiente visual, quando tolhido em sua capacidade de trabalho, deixa de assumir determinados papéis, o que lhe acarreta problemas de integração tanto na família quanto no seu grupo social. Cabe, portanto, à família reconhecer as potencialidades do deficiente, valorizando-o, dando-lhe assim o direito de participar plenamente na sociedade.

O deficiente visual que passa por todas as etapas da reabilitação até a profissionalização, conseguirá um padrão de vida normal, como qualquer outro cidadão. Portanto, ele irá competir com as pessoas não portadoras de deficiência, em inúmeras atividades do mercado de trabalho e conseqüentemente a realização profissional se efetivará.

5 CONCLUSÃO

A família cuja função social é a transmissão de valores e modelo sócio-cultural, deve se manter atenta às leis da evolução e a transformação dos grupos sociais, para realizar a integração global da pessoa portadora de deficiência visual, no mais amplo contexto social e cultural da comunidade.

Constatou-se que a família, apesar de vivenciar uma série de crises e conflitos circunstanciais frente a realidade de ter um filho deficiente visual, permanece sendo a base fundamental através da qual, a pessoa portadora de deficiência visual adquire os subsídios básicos para ser integrada em relação à escola, à comunidade e a sociedade em que vive.

Verificou-se que a família constitui-se numa grande força nos processos de reabilitação e integração do deficiente, junto às instituições e escolas que trabalham em prol desta integração. Evidenciou-se ser necessário que haja entre a família e os profissionais que trabalham nesta área, um perfeito relacionamento nas interrelações que dizem respeito à problemática da deficiência, para que a família possa contribuir da melhor forma possível para o desenvolvimento biopsicossocial do deficiente.

Inferiu-se também que os pais devem ser conscientizados e orientados para aceitar e conviver bem com as limitações impostas pela deficiência do filho e que são grandes

as possibilidades para o mesmo se desenvolver como pessoa e profissional.

Neste estudo ficou claro que famílias esclarecidas e bem orientadas, proporcionam ao filho deficiente, um relacionamento natural com as outras pessoas, justificando a sua adaptação e sua integração social.

Verificou-se que excluir os pais dos programas educacionais de reabilitação e integração, seria torná-los inoperantes e improdutivos. São os pais que observarão e acompanharão se o tratamento está progredindo ou não, levando em conta seus esforços e esperanças para cumprir o programa terapêutico.

Constitui-se também, uma evidência neste estudo de que os pais têm o direito de vencer seus sentimentos e conflitos psicológicos com relação à deficiência visual do seu filho e de participar integralmente na elaboração e efetivação dos programas de integração social, é a família a base fundamental para o êxito desses processos; pois o saber, e a importância da participação da família, já é um grande começo, no entanto, este valor e importância está na oportunidade que a mesma terá em realizar melhor entrosamento frente as instituições, com o objetivo de oportunizar a pessoa portadora de deficiência visual, a conquistar sua integração no meio social.

Ressalta-se que o presente estudo não esgota a questão; ao contrário, faz parte de uma investigação cujos resultados permitem rever e aprofundar o conteúdo estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . AMIRALIAM, Maria Lúcia T.M. Psicologia do excepcional. São Paulo, E.P.U., 1986. p.45-52.
- . FLEMING, Juanita W. A criança excepcional: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1978.
- . FONSECA, Vitor da. Integração como filosofia como educacional. 2.ed. Lisboa, Notícias, 77-78. p. 84-93.
- . LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo, Atlas, 1979. p. 159-164.
- . KIRK, Samuel A. Crianças excepcionais e sua educação familiar. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960. p. 15-30.
- . MAUCO, Georges. A educação afectiva e caracterial da criança. Lisboa, 1975. p. 27-29.
- . POROT, Maurice. A criança e a família. 3.ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. v.6, p. 21.
- . A SAÚDE DO MUNDO. Revista da Organização Mundial da Saúde, 1975, agosto-setembro. p. 308-309, 315.
- . SAWREY, M.Jones. O indivíduo excepcional. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- . SHAKESPEARE, Rosemary. Psicologia do deficiente. Rio de Janeiro, 1977. p. 74-77.
- . WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. A contribuição da família. Revista Brasileira da Deficiência Mental, 17(1): 7-14, 1982.